

Safr 2009/10: Plano Agrícola e Pecuário I

Disponibilidade e acesso a crédito

A EDIÇÃO do plano agrícola e pecuário (PAP) para 2009/2010 tem como foco central o incentivo ao médio produtor rural, ao cooperativismo e à produção agropecuária com respeito ao meio ambiente.

Aguardado com expectativa, o PAP trouxe medidas já anunciadas pelo governo, como a linha de crédito para a agroindústria, a linha de crédito para estocagem de álcool, além de medidas de apoio à cafeicultura.

Sem grandes inovações e limitado a ajustes dos programas em execução, o PAP tem evoluído nos últimos anos, com ênfase no acompanhamento e nas adequações, durante todo o ano safr.

Assim, ao divulgar o PAP 2009/10, o Executivo acrescentou itens como o estabelecimento do volume de recursos, as taxas de juros usadas no período, os limites de crédito e a correção dos preços mínimos.

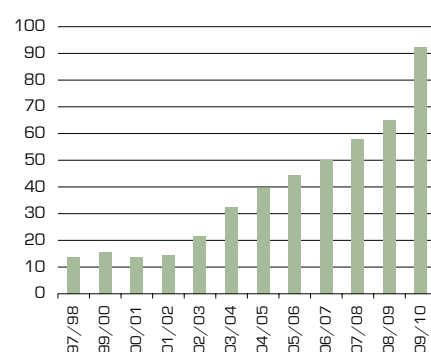
Para estimular o crescimento da produção, os recursos dotados para o setor agropecuário, na próxima safr 2009/10, tiveram aumentos expressivos.

No total, estarão disponíveis R\$ 107,5 bilhões para a temporada que vai de julho de 2009 a junho de 2010, volume 37% superior ao do ano passado. sendo:

- R\$ 92,5 bilhões para a agricultura comercial, (R\$ 12,3 bilhões para capital de giro de agroindústrias), ante R\$ 65 bilhões em 2008/09 (alta de 42,3%);
- R\$ 15 bilhões para agricultura familiar, em comparação a R\$ 12,7 bilhões na safr 2008/08 (elevação de 15,3%).

Na verdade, os recursos disponibilizados em Linhas de Crédito Especial, de R\$ 12,3 bilhões, já haviam sido anunciados em março deste ano, nas operações SOS Agroindústria, por meio das Resoluções

Brasil: recursos para a agricultura comercial (R\$ bilhões)



Fonte: Pronaf

CMN 3708 e 3714, sendo R\$ 10 bilhões para capital de giro e o restante para a estocagem de álcool. Dessa maneira, subtraído esse valor, os recursos anunciados somam R\$ 80,2 bilhões.

Apesar de ter ficado abaixo da proposta apresentada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), os recursos previstos, para a safr

2009/10, devem satisfazer o necessário. Primeiramente, porque não está prevista a expansão da área plantada. Em segundo lugar, por causa da redução dos custos de produção, causado principalmente pela queda nos preços dos fertilizantes.

O aperto no crédito global, em particular no segundo semestre de 2008, levou *tradings* e fabricantes de insumos a reduzir os financiamentos ao setor. Com isso, a comercialização da soja ficou muito afetada: enquanto em anos anteriores 45% da produção eram vendidos antecipadamente, em 2008 a taxa foi de apenas 18%.

Por outro lado, diante das questões de inadimplência, muitos produtores tiveram seus acessos impedidos às linhas oficiais de crédito. Preocupado com o risco de a produção ficar estagnada, o desafio do governo está em equacionar as dificuldades do produtor na obtenção do crédito. Os recursos para custeio e comercialização a juros controlados (taxas fixas) subiram 20,2%, alcançando o valor recorde de R\$ 54,2 bilhões.

Já os preços mínimos fixados para 33 culturas foram reajustados em até 65%. O aumento dos valores, que está entre as principais medidas de apoio direto à comercialização da nova safr, inclui as culturas mais expressivas do País, como arroz (20%), leite (15%), raiz de mandioca (12%), soja (10%) e milho (6%). O objetivo é manter um patamar que atenda tanto às necessidades do produtor quanto às do mercado nacional.

Demanda do campo

Produto	Área projetada (mil hectares)	Orçamento (R\$ bilhões)
1. Cana-de-açúcar	7.200	27.653.760
2. Café	2.132	14.221.040
3. Grãos	48.058	82.227.888
Algodão	800	4.077.733
Arroz	3.000	7.169.201
Feijão	4.300	8.221.874
Milho	14.424	26.547.171
Soja	22.000	31.071.153
Trigo	1.424	3.478.694
Demais grãos	2.110	20.512.961
4. Bovinocultura de corte	-	34.435.060
5. Bovinocultura de leite	-	12.600.000
Total	-	158.550.348

Fonte: CNA

Agricultura comercial: disponibilidade de crédito rural (R\$ bilhões)

Itens	2008/09	2009/10	Var %
Custeio e comercialização	54,8	66,2	20,8
Juros controlados	45,1	54,2	20,2
Juros livres	9,7	12,0	23,7
Investimento	10,2	14,0	37,2
Linhas especiais	-	12,3	-
Total	65,0	92,5	42,3

Fonte: Plano Agrícola e Pecuário (PAP)

Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)

O orçamento para o pagamento do Prêmio do Seguro Rural, em 2009, é de R\$ 182 milhões. A subvenção econômica consiste na assunção pelo MAPA de percentual ou parte do prêmio de seguro rural contratado nas sociedades seguradoras habilitadas a operar no PSR. Para atender à demanda apresentada pelas seguradoras, o governo federal está propondo ao Congresso Nacional a elevação desse valor para R\$ 273 milhões. Os recursos possibilitarão o atendimento a 90 mil produtores e a cobertura de 8,1 milhões de hectares - quase o dobro do verificado em 2008.

Percentagens de subvenção ao prêmio para o exercício de 2009

Modalidade de seguro	Percentual de subvenção
Agrícola	40-70
Pecuário	30
Florestal	30
Aquícola	30

Fonte: MAPA

Zoneamento Agrícola de Risco Climático

Para ter acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e ao Proagro Mais, o produtor precisa observar as recomendações do zoneamento agrícola de risco climático, que buscam minimizar os riscos de perdas nas lavouras ocasionadas por problemas climáticos.

Para a safra 2009/10, o MAPA aumentará de 25 para 39 o número de culturas contempladas pelo zoneamento agrícola de risco climático. Além de culturas re-

gionais, o governo dá prioridade a novas culturas com potencial para a produção de biocombustíveis, conforme os objetivos do Plano Nacional de Bioenergia.

Risco e fundo garantidor

Um dos principais critérios usados pelos bancos para contratação de empréstimos está previsto na Resolução nº 2682 do Banco Central, que considera nove níveis: AA (mínimo) a H (máximo). Os níveis considerados baixos, que não impedem o mutuário de tomar empréstimos são AA, A, B e C, sendo o restante considerado de alto risco. Pelos dados do Banco do Brasil, o percentual de produtores cujos contra-

tos têm risco elevado passou de 3%, em 2003, para 14,5%, em 2008.

Na verdade, o produtor ainda carece de mecanismos para que não dependa de decisões do governo federal, no que diz respeito à renegociação de dívidas, que ocorre todos os anos. É o caso, por exemplo, da Lei nº 11.775/2008, que instituiu medidas de estímulos à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações e crédito rural e de crédito fundiário.

Está em negociação a criação de um fundo garantidor para possibilitar o aumento do limite de financiamento e a contratação de crédito para produtores com risco elevado. Seriam necessários entre R\$ 7 bilhões e R\$ 10 bilhões para garantir os diversos tipos de operações. Um caminho seria começar com as operações para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Como teriam a garantia do pagamento dos empréstimos, os bancos ficariam mais flexíveis na liberação dos recursos. Além disso, o novo mecanismo poderia conter o endividamento do setor. ■

Reclassificação de risco

Para assegurar o financiamento da safra 2009/10, as lideranças rurais solicitam uma revisão da Resolução nº 3.499/2007, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que trata da reclassificação de risco das operações de crédito rural.

Um produtor com mais de uma operação no mesmo banco pode ter todos os seus contratos reclassificados para níveis de alto risco ao renegociar ou prorrogar uma das operações. Pelas normas vigentes, quanto mais alto este risco, maior a dificuldade para novos empréstimos.

Neste sentido, a recente decisão do CMN, de 30 de junho último, frustrou os representantes do setor rural, que aguardavam uma resolução definitiva sobre os critérios de classificação de risco em operações de crédito rural renegociadas. O texto da norma aprovada apenas "faculta" às instituições financeiras a reclassificação do risco de crédito, para um nível menor, de contratos rurais renegociados ou prorrogados.

Segundo o CMN, a nova norma "reforça" o entendimento do Banco Central sobre a Resolução nº 3.499/2007, que concedia "tratamento específico" a esse tipo de reclassificação automática. A medida seria estendida às operações com risco bancário e recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Para o Banco do Brasil, as medidas aprovadas pelo CMN representarão a liberação de R\$ 332 milhões de provisões anteriormente constituídas, que serão destinadas, integralmente, para reforço das provisões adicionais no segundo trimestre de 2009.

A reclassificação é aplicável às operações rurais prorrogadas a partir da safra agrícola 2004/05, cujos titulares permanecem na atividade. A medida envolve R\$ 11,2 bilhões e abrange de 93 mil produtores.